



## ATA

### **Ata da 34ª reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais**

No dia 2 de julho de 2024, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) reuniram na sala de reunião do quarto andar do Tribunal para a 33ª reunião ordinária, com a participação de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e participação presencial dos servidores membros da comissão, Maximiniano Félix Lopes, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Nara da Silva Carvalho, Mayni Grisolia Gualberto de Oliveira, Thais Fonseca Correa, Ivana Esperança de Castro Barros, Iara Rafaela Henriques Nascimento Silva. Ana Paula Brasileiro Vilar Hermont participou de forma remota.

Maximiniano perguntou se a pauta da Comissão poderia começar com os assuntos relacionados à Esperança, tendo em vista outra reunião que ela teria com o Coronel Giovanne. Todos concordaram.

#### **1) Campanhas de Julho e Agosto**

Maximiniano introduziu o primeiro assunto da pauta.

Esperança perguntou se a Comissão faria alguma Campanha em Julho.

Dr. Fernando falou da necessidade de definir alguém para decidir sobre esse tipo de demanda, pois a pessoa teria que abrir um processo no SEI e mandar para a administração.

Esperança comentou que na reunião que ela havia participado no Pleno para deliberar sobre a volta da linguagem simples, ficou decidido que cada Comissão iria definir uma pessoa para indicar para o Coronel Giovanne, e que esta pessoa passaria por um treinamento, de modo que todas as Comissões fizessem o mesmo treinamento.

Sobre as próximas campanhas, Mayni lembrou Lisiane sobre o que ela havia comentado na última reunião, sobre uma possível palestra que Iara organizaria com o tema Descarte.

Iara explicou que essa palestra se referia a um treinamento específico para os terceirizados em relação ao descarte correto dos resíduos. No tocante aos servidores do TJMMG, mencionou que estes seriam abarcados através dos gestores. E, sobre a pessoa que ficaria encarregada por criar o processo no SEI, Iara propôs que ficasse nessa função, uma vez que já está acostumada com esse processo de contratação.

Sobre a campanha, Dr. Fernando comentou que o tema do óleo é atemporal e que poderia se encaixar no presente mês.

Esperança falou que não seria o caso de uma contratação, e sim convite, assim como foi feita com a Campanha do Agasalho.

Nara explicou que todo o trabalho de contratação ficaria a cargo da Comissão e que a Luanda só ajudaria na parte prática, como abrir o auditório, ligar o ar condicionado, etc.

Dr. Fernando disse que não havia entendido dessa forma, pois pensou que a administração faria a parte da logística das contratações.

Lisiane sugeriu que a parte relativa à autorização, via SEI, pudesse ficar a cargo do Max, e ele concordou.

Mayni pediu para Max ensiná-la a mexer com a parte relativa à autorização de processos no SEI, para que pudesse ajudá-lo nessa tarefa.

Dr. Fernando perguntou pra Nara se essa demanda era complicada e ela respondeu que sim, e Esperança concordou.

Max disse que não era complicado, e sim, intuitivo.

Lisiane explicou que no caso de ser realizada uma contratação, esta ação teria que ser mais detalhada e exigiria mais.

Esperança disse que passaria para Max o contato da pessoa responsável pela palestra, e que o lançamento da campanha teria que ser no mesmo dia da palestra. Além disso, mencionou que gostaria de definir o tema relativo ao mês de agosto, uma vez que entraria de férias.

Max comentou sobre o tema "Agosto Lilás", que tem relação com a campanha que a Dra. Carolina fez. Assim, Esperança disse que conversaria com ela para propor uma parceria e que, até o dia 31 de julho, a Comissão teria que prestar contas para o CNJ com relação a essa campanha.

Ana Paula disse que foi contatada por Frederico e Wesley sobre alguns pontos como proteção e discriminação da mulher e perguntou se essa subcomissão de violência estaria vinculada a outra.

Esperança respondeu que é uma comissão institucional ligada ao GSI e que não tem participação de servidor, e que a Dra. Carolina estava tentando tirar do GSI e colocar na Ouvidoria da Mulher, com a Dra. Daniela, pois esta tem a mesma função de acolher a mulher.

Ana Paula falou que as ações da Comissão contra Assédio estão em consonância com esse Comitê e que se fosse feito de forma conjunta daria para abranger ambas as Comissões. Mencionou também que, no ano que vem, um dos itens que o CNJ vai tratar é a proteção com relação à discriminação de gênero. Esse assunto está na competência da Comissão de Assédio e também do PLS.

Concluiu Esperança que a campanha poderia envolver a integração da subcomissão de violência, da Comissão de Assédio e do PLS, com a duração de um ano. Então ficou definido o "Agosto Lilás".

Sobre o assunto relacionado à dica sustentável do mês de agosto, Esperança disse que tinha uma lista predefinida, porém de coisas que a Comissão não queria mais, já que tratava de assuntos amplos. Disse que um dos itens dessa lista tratava-se de economia de papel e, por fim, perguntou qual dica a Comissão poderia dar relacionada a esse tema.

Iara respondeu como sugestão a impressão em frente e verso.

Lisiane comentou que pensou que as impressoras já estavam previamente configuradas para imprimir frente e verso.

Dr. Fernando perguntou se teria como criar um facilitador para que as pessoas que precisassem imprimir não precisassem desse trabalho de configurar.

Iara falou que esse é justamente o "contra" de ter a impressão somente no corredor, e não nas salas. Complementou dizendo que a prática de colocar senha para imprimir não foi bem aceita no TJMMG, conforme conversa que teve com o William, do setor de Informática.

Max perguntou sobre a questão das métricas que seriam instaladas na impressora.

Iara respondeu que a SELBET, prestadora de serviços atuais, está quase finalizando o contrato com o TJMMG, e que a próxima empresa, desde o início, já ficará responsável pela instalação do software em

todas as máquinas como condição para o início da execução do contrato. Também disse que tem os relatórios parciais, caso seja do interesse dos membros da Comissão.

Ana Paula relatou duas sugestões. A primeira foi relativa à dica sustentável, no qual expôs a necessidade de informar que o papel toalha não é reciclável depois que é utilizado. A segunda relacionada à impressão de papéis. Assim, explicou que a necessidade de informar o número da matrícula para imprimir, em um primeiro momento, poderia transparecer um caráter punitivo, sugerindo que fosse feito algo que não tivesse esse caráter.

Esperança confirmou com Ana Paula que é isso que iriam fazer, ou seja, não seria necessário digitar a matrícula para imprimir.

Iara apontou que de 1/06 a 1/07, 47% das impressões foram apenas de um lado e 53% foram dos dois lados da folha.

Esperança disse que na próxima dica sustentável pensaria em uma mensagem nesse contexto, algo como "Só imprima o necessário e, sendo necessário, configure sua impressora para frente e verso."

Esperança disse que foi divulgada a audiência pública de metas dos três TJM, no mesmo horário da visita do dia 12/07 relativa ao Inovare. Também sugeriu sobre uma possibilidade de recepção com café e fotos.

Esperança precisou dar licença da reunião, tendo em vista a necessidade de comparecer a outra reunião deste TJMMG.

## **2) Envelopamento das lixeiras**

Lisiane relatou que, a princípio, tinha pensado em encapar as lixeiras e pediu ajuda desse serviço para Mayni. Posteriormente, Max deu outra ideia nesse sentido, que foi pedir a uma empresa para envelopar as lixeiras. Lisiane falou que Mayni lhe entregou três contatos de empresas que, possivelmente, poderiam realizar esse serviço de envelopamento. Dessas três, duas confirmaram ser capazes de fazer esse serviço, com orçamentos de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Então pegou um levantamento que Max fez um tempo atrás de cerca de 272 (duzentas e setenta e duas lixeiras) e fez um orçamento para envelopar todas na cor cinza, colocando um adesivo em metade delas escrito "reciclável" e a outra metade "não reciclável".

Mayni explicou que o telefone dessas empresas foram pesquisados na Internet e complementou dizendo que qualquer um dos membros da Comissão poderia indicar outras empresas que realizassem o serviço. Ou seja, tais orçamentos iniciais serviriam apenas para que a Comissão pudesse ter ideia do valor desse serviço.

Lisiane falou que não sabe qual o procedimento para fazer o serviço, que Thaís disse pra ela que quando não está no plano de contratação teria que pedir autorização da presidência. Complementou dizendo que haveria a necessidade de recolher todas as lixeiras para enviar para a empresa responsável e, além disso, perguntou se o serviço poderia ser realizado no sábado. Também apontou a importância do trabalho da Ana Paula que estaria relacionado com esse serviço.

Dr. Fernando concordou e perguntou a opinião de Ana Paula.

Ana Paula falou que ficou muito otimista com o resultado de seu estudo piloto, apesar de este ter sido feito somente no primeiro andar. Disse que, inicialmente, o lixo estava sendo destinado somente para a lixeira de "não reciclável" e que a mudança do informativo trouxe resultado. Explicou que o papel toalha usado passou a ser jogado na lixeira correta, e que conversou com a Maria, que também percebeu a melhora no resultado.

Além disso, Ana Paula falou que conversou com a Nara a seguinte questão "se o pote está sujo, então é orgânico e, conseqüentemente, não reciclável". Diante disso, colocou dois informativos mais precisos nas lixeiras, sendo: "raspe as sobras e excessos de alimentos aqui" e "jogue aqui as embalagens ainda

que estejam um pouco sujas". Concluiu, pois, que teve bons resultados, mesmo com um estudo piloto de uma semana e meia e que a maior dúvida das pessoas foi identificada, que era quanto ao papel toalha molhado ser ou não reciclável. Falou também que se a Comissão concordasse poderia colocar os informativos que ela fez nas outras copas, já que o estudo que ela fez tratou-se de uma amostragem.

Dr. Fernando disse que o resultado do estudo piloto também mostrou o tanto que a comunicação faz uma diferença enorme.

Ana Paula sugeriu que as duas lixeiras fossem da mesma cor para evitar qualquer tipo de confusão. Desse modo, apenas os sacos variariam de cor, mantendo a mesma cor para as lixeiras. Todos gostaram dessa ideia.

Mayni ficou responsável por conversar com Ludmila sobre a padronização das lixeiras.

Lisiane perguntou para Ana Paula se a placa que ela colocou foi somente na parede ou se ela colocou na lixeira também, e ela respondeu que somente na parede.

Dr. Fernando parabenizou Ana Paula pelo trabalho realizado e disse lamentar por Esperança não estar presente naquele momento, pois a comunicação daquelas placas está muito relacionada com a área dela.

Ana Paula falou que poderia expandir o informativo para a 1ª, 2ª 3ª e 4ª auditoria a fim de ampliar a amostragem e Dr. Fernando autorizou.

Max confirmou se a questão do envelopamento foi abandonada e todos confirmaram.

Sobre a cor das lixeiras, Dr. Fernando comentou que a cor vermelha é a que mais chama atenção e, nesse sentido, Lisiane sugeriu deixar as lixeiras de cor vermelha para aqueles setores nos quais as pessoas já tem a consciência do descarte correto.

### **3) Ações em atraso**

Max disse que não tem ações em atraso.

Lisiane explicou que Nara fica encarregada de por os recibos da Asmare no SEI, já que todo mês a Asmare manda um recibo. Mencionou que tem 10 (dez) recibos que ainda não foram colocados. Sobre isso, Iara ficou encarregada de colocar esses recibos no SEI.

Sobre a Guia de Contratações, o Dr. Fernando falou que já cobrou.

Max apontou que no final do ano passado ficou designado a ele fazer o Guia para Descarte de Resíduos, e que este estaria praticamente finalizado, sendo enviado no grupo até o final da presente semana.

No tocante à viabilidade do plantio de árvores, Max explicou para Ana Paula que ele e Mayni já começaram esse processo no SEI e enviaram para o Dr. Fernando, e este reforçou que já assinou e enviou para o setor jurídico.

Sobre o microconto, Dr. Fernando falou que a Comissão poderia se pautar nas regras que o Cláudio fez, com foco no descarte seletivo, de modo a ensinar as pessoas a criar uma consciência relativa ao tema.

Sobre a Asmare, Max mencionou as ações da Nara. Esta disse que já havia feito e Lisiane complementou dizendo que faltava apenas dar baixa.

Max apontou a ação relativa à compra das lixeiras, de responsabilidade da Thaís, e perguntou se esta foi cancelada ou suspensa. Ficou decidido que haveria um teste para verificar se houve mudanças no descarte quando as lixeiras da mesma cor fossem colocadas nas salas.

Sobre a ginástica laboral Nara falou que iria olhar com Lucélia quando ela poderia fazer a ginástica laboral a frequência que ela faria.

Iara sugeriu que a ginástica laboral fosse realizada no auditório e falou que Lucélia poderia ter alguma sugestão quanto à frequência dos exercícios.

Em relação à ginástica laboral, Dr. Fernando sugeriu que houvesse uma convocação geral, com autorização da administração, para fazer o jogo. Iara disse que, nesse caso, perderia a possibilidade de avaliar as lixeiras de cada setor. Dr. Fernando sugeriu que todos pensassem sobre novas ideias para a próxima reunião.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Mayni Grisolia Gualberto de Oliveira e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.

### **Resumo das Decisões da Reunião e Responsáveis:**

Decisão 1/ 34ª Reunião: Conversar com a Dra. Carolina sobre o tema "Agosto Lilás", para propor uma parceria. Esperança

Decisão 2/ 34ª Reunião: Conversar com Ludmila sobre a padronização das lixeiras. Mayni.

Decisão 3/ 34ª Reunião: Sugeriu de expandir o informativo do estudo piloto para a 1ª, 2ª 3ª e 4ª auditoria a fim de ampliar a amostragem e Dr. Fernando autorizou. Ana Paula.

Decisão 4/ 34ª Reunião: Colocar recibos da Asmare no SEI. Iara

Decisão 5/ 34ª Reunião: Perguntar Lucélia quando ela poderia fazer a ginástica laboral e com qual frequência. Nara.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO, Assessor Jurídico**, em 24/07/2024, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0309502** e o código CRC **DEAD67AE**.